

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MATHEUS FERREIRA MACHADO

**Nos limites da história: os primeiros anos do IHGSC e as fronteiras de Santa
Catarina**

**FLORIANÓPOLIS
NOVEMBRO
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MATHEUS FERREIRA MACHADO

**NOS LIMITES DA HISTÓRIA:
OS PRIMEIROS ANOS DO IHGSC E AS FRONTEIRAS DE SANTA CATARINA**

Curso de Licenciatura e Bacharelado em
História, pela Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC

Orientadores: Prof^o. Dr^o. Rodrigo Bragio
Bonaldo
Dr^o. Juliano Francesco Antonioli

**FLORIANÓPOLIS
NOVEMBRO
2018**




Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

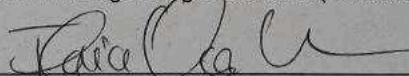
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às 16 horas e 00 minutos, no LAPIS CFH, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Rodrigo Bragio Bonaldo (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Juliano Francesco Antonioli (Coorientador); Profª. Drª: Flávia Florentino Varella (Titular); Prof. Dr: Fabio Morales (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 53/HST/CFH/2018, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Matheus Ferreira Machado, intitulado: "**Nos limites da História**". Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Rodrigo Bragio Bonaldo e Prof. Dr: Juliano Francesco Antonioli, nota 8,5, Profª. Drª: Flávia Florentino Varella, nota 8,5, Prof. Dr: Fabio Morales, nota , sendo o acadêmico aprovado com a nota final 8,5. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 04 de dezembro de 2018. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 30 de novembro de 2018

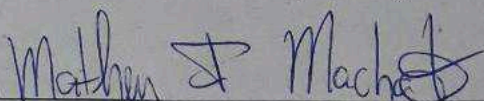


Prof. Dr: Rodrigo Bragio Bonaldo (Orientador(a))



Profª. Drª: Flávia Florentino Varella (Titular)

Prof. Dr: Fabio Morales (Suplente)



Matheus Ferreira Machado (Acadêmico)

SUMÁRIO

Introdução.....	5
O surgimento do Instituto	8
Uma questão de fronteiras	22
Considerações finais.....	36
Fontes.....	37
Referências bibliográficas	38

Introdução

“Quão grandes são os ensinamentos da História!”¹ diz o orador do Instituto Thiago da Fonseca após comentar sobre as circunstâncias da abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831. O homem prossegue: “Em 1823 Pedro 1º dissolve a constituinte, mas 8 anos depois foi expulso do poder, em 1892 Deodoro dissolve o congresso (...), mas é igualmente obrigado a renunciar a suprema investidura que lhe foi confiada”. Após comentar sobre a vigor com que o povo defende a liberdade e a pátria, o orador continua com o seu discurso: “do que acabamos de dizer desprende em quão grande é a identidade de se sentir entre o passado e o presente”. Estes trechos ilustram bem as correntes de pensamento que permeavam o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) no início do século XX e final do século XIX.

Os anos finais do século XIX foram conturbados em território barriga-verde. A revolução federalista havia provocado profundas marcas na terra catarinense, em especial, em Florianópolis, antiga Desterro. Com o fechamento do Congresso Nacional, em 1891, pelo presidente Marechal Deodoro, o então inexperiente governador Lauro Müller, que havia sido favorável à decisão do presidente, se vê em uma situação delicada. Com a ascensão de Floriano Peixoto, Lauro Müller é afastado do governo pelo novo presidente e por pressão popular². Com um governo provisório no poder e revoltas em seu território, os anos de 1891 a 1893 foram de fragilidade e instabilidade administrativa.

Ainda sentindo os efeitos da revolução federalista de 1893, o estado encontrava-se fragmentado e em busca de uma liderança que amalgamasse as muitas diversidades étnicas e políticas presentes em Santa Catarina. Um nome brilha no meio da multidão: Hercílio Luz é empossado governador em 1894 e vê a possibilidade de colocar seus ideais em prática. Porém, para dar seguimento às suas ideias era necessário conhecer o território catarinense a fim de poder melhor gerenciar os recursos humanos e naturais do estado³. Para isso era preciso desbravar o até então pouco conhecido passado de Santa Catarina.

¹ Revista do IHGSC. Florianópolis, ano 1. v. 1, 1902, p.14.

² PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis: loesc, 1976. p.60

³ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Puc Sp, São Paulo, 1989, p.119. ; PAULI, op cit, p.218 ; CORRÊA, Carlos Humberto P.. *História da Cultura Catarinense: O Estado e as ideias*. Florianópolis: Ufsc, 1997 p.79.

A materialização deste intento resultou posteriormente na fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 1896. Em uma sala do Liceu de Artes e ofícios de Florianópolis, era fundada a uma hora da tarde do dia 7 de setembro a associação intitulada Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). A Instituição tinha como objetivo listada no estatuto de fundação, “reunir, verificar, coligir, arquivar e publicar as traduções e documentos concernentes, principalmente, ao Estado de Santa Catarina”⁴. Finalidades muito semelhantes às diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aprovadas por Januário da Cunha Barbosa em 1838⁵, o que evidencia uma forte influência da instituição no modo como o IHGSC atuou.

A ideia inicial era publicar a produção científica do IHGSC através de revistas, porém, o instituto catarinense, só fora publicar o primeiro número do seu periódico seis anos após sua fundação. As folhas da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* (RIHGSC), financiadas em grande parte com dinheiro privado, eram estampadas com os mais variados estudos concernentes ao estado de Santa Catarina, todos contribuindo para o grande mosaico em construção da história catarinense.

Recheado com nomes públicos, boa parte dos associados do IHGSC ocupavam cargos de importância no governo. Entre os nomes, alguns se destacavam mais, outros menos. Figuram entre os notórios personagens como Hercílio Luz, Felipe Schmidt e José Boiteux, personas muito atuantes na vida pública de Santa Catarina e este último, em específico, também muito envolvido no âmbito cultural.

Este trabalho tentará então compreender quais eram as relações que haviam entre o governo do Estado de Santa Catarina e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e, caso exista, expor o vínculo entre estas duas entidades. Para isso, dividirei o trabalho em dois capítulos. No primeiro capítulo, “O surgimento do Instituto”, irei expor as demandas políticas, socioeconômicas e culturais que eram presentes e que possam ter influenciado a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Já no segundo – “Uma questão de fronteiras” - tratarei de demonstrar como

⁴ “Art. 1 O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina tem por fim: I Reunir, verificar, coligir, arquivar e publicar as traduções e documentos concernentes à História, à Geografia, à Antropologia, à Arqueologia, à Etnografia e línguas dos indígenas da América e principalmente do Estado de Santa Catarina.”. Revista do IHGSC. *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 1. v. 1, 1902, p.81.

⁵ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional*. Rio de Janeiro, 1988, p.8

os estudos promovidos pelo IHGSC estavam intimamente ligados às necessidades do Estado aproveitar melhor o território catarinense.

O surgimento do Instituto

“*No government – no change*”. Foi assim, no dia 15 de novembro de 1889, através de um telegrama sobre transações cambiais endereçado à firma Hoepcke,⁶ que Desterro soube da queda da monarquia. Rapidamente levantaram-se duas possibilidades: O Imperador havia morrido ou o regime republicano fora instaurado.⁷ Tendo a confirmação da Proclamação da República, assume o governo um triunvirato composto pelo comandante do 25º Batalhão de Infantaria, Coronel João Batista do Rego Barros, Alexandre Marcelino Bayma, médico militar e chefe do Partido Conservador, e pelo farmacêutico Raulino Júlio Adolfo Horn, também chefe do Partido Republicano.⁸

No dia 17 de novembro, o trio toma efetivamente o poder do antigo presidente da província Alves Leite de Oliveira Belo e festeja-se a instauração do regime republicano na capital com passeatas cívicas, desfiles e outras comemorações.⁹ O clima seria arruinado – porém rapidamente controlado – no dia seguinte por um motim realizado por dissidentes do 25º B.I. simpatizantes do Império. A junta provisória seguiu no comando e no curto período em que esteve no poder, o triunvirato dissolveu a Assembleia Provincial,¹⁰ dominada pelos liberais. A nomeação de Lauro Severiano Müller em 24 de novembro, encerrará o governo provisório.

A Primeira República em Santa Catarina pode ser dividida em três momentos. O primeiro tem início em 24 de novembro de 1889 quando Lauro Müller é nomeado governador do estado pelo então presidente Marechal Deodoro da Fonseca. Chegando à capital em 1 de dezembro de 1889 e tomando posse no dia seguinte, traz consigo outros dois jovens catarinenses: o tenente Carlos Augusto Campos como secretário e José Artur Boiteux como oficial de gabinete.¹¹

Inicialmente Lauro Müller não era cogitado para ocupar a vaga de governador de Santa Catarina. Por questões pessoais o Marechal Deodoro planejava colocar o Dr. Olímpio Pitanga no cargo, porém Esteves Júnior indicou Lauro Müller para assumir

⁶ Schutel D. notas manuscritas apud MEIRINHO; PAULI, op cit, p.46.

⁷ MEIRINHO, Jali. *A república em Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, 1982, p.35.

⁸ CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: LE, 1970, p.249; MEIRINHO, op cit. 1982 p.36.

⁹ MEIRINHO, op cit, 1982, p.36.

¹⁰ CABRAL, op cit, p.250, MEIRINHO op cit, 1982, p.38.

¹¹ PAULI, op cit. p.48.

o comando, ameaçando recluser-se à vida privada caso “não desse esta investidura ao talentoso catarinense Lauro Müller”.¹²

Nos dois anos em que esteve à frente do governo, Lauro Müller realizou intervenções pelo território catarinense, característica que será seguida por Hercílio Luz quando este se tornar governador em 1894. Para se ter uma pequena dimensão:

Em maio de 1890 se inaugura a estrada entre Nova Trento e Tijucas. Completa-se na da de Tijucas a Porto Belo, que então também recebe melhorias. Trabalha-se na via de comunicação entre Itajaí e Luiz Alves. Trata-se de consertos na ponte sobre Pirahi-Piranga, em Joinville. Autoriza-se a construção de uma estrada entre Papanduva e Rio Preto, com vistas à integração com o Estado. [...] E assim outras e outras obras eram planejadas no Sul do Estado e no Planalto.¹³

Engenheiro Militar, preocupava-se com as ligações viárias do estado. Datado de 22 de janeiro é o seu Decreto n.º 1, estabelecendo contrato para a construção da ferrovia, ligando Rio Negro ao porto de São Francisco, cujo início das obras data de setembro do mesmo ano, com a sua presença naquele porto do norte catarinense.¹⁴

Outra região que receberá atenção especial de Lauro Müller será a divisa com o Paraná ao norte do estado. A indústria ervateira no norte catarinense alcançava altos índices de exportação e lucros¹⁵, e como os limites ainda não estavam bem definidos entre o norte catarinense e o sul paranaense, o estado vizinho tratava de taxar as mercadorias da região, arrecadando impostos indevidamente. Embora sem sucesso – os limites entre Paraná e Santa Catarina só seriam de fato estabelecidos em 1916 –, Lauro Müller fora pessoalmente até Curitiba resolver a questão da divisa entre os dois estados.¹⁶

Os locais para investimento não são escolhidos à toa. Desde 1880 Santa Catarina já experimentava uma mudança no padrão de crescimento econômico com a intensificação da vinda de imigrantes das mais diversas regiões patrocinada pelo Governo Imperial em 1875. Com a presença destes imigrantes, aos poucos novos setores econômicos de pequena produção começavam a surgir e diversificar a

¹² MEIRINHO, op cit, 1982, p. 40.

¹³ PAULI, op cit, p. 49.

¹⁴ MEIRINHO, op cit, 1982, p. 41

¹⁵ ALMEIDA, Rufino Porfírio. A indústria ervateira. 1979. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979, pp. 10-11; GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas p. 1001, 2003.

¹⁶ MEIRINHO, op cit, 1982, pp. 41-42.

economia local.¹⁷ Entre os setores econômicos que estavam em ascensão destacam-se a indústria têxtil em Blumenau e Brusque, a indústria carbonífera no sul do estado e a economia ervateira¹⁸ ao longo da divisa com o Paraná, território que será alvo de disputas entre os dois estados até 1916. Com o crescimento destas regiões tornou-se necessário integrar de alguma forma estas áreas para um melhor aproveitamento da produção e para facilitar o escoamento destas mercadorias para uma maior inserção no mercado nacional.

As intervenções são sintomáticas da formação de Lauro Müller. Ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha em 1882, teve contato com nomes importantes do positivismo no Brasil, aderindo ao republicanismo anos mais tarde. Conhecido como “raposa com espada à cinta”¹⁹ Lauro Müller era habilidoso e inteligente, o que o levou a ser indicado por Benjamin Constant e Esteves Junior para assumir o governo de Santa Catarina.²⁰ Foi alçado ao posto de governador em 1889 para acalmar os ânimos e acomodar à antiga província ao novo regime republicano²¹, encerrando seu governo de forma precoce em 1891. Sua administração embora curta, foi proveitosa e contribuiu para a adaptação ao novo regime político.

Favorável à dissolução do Congresso Nacional feita pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Lauro Müller perde apoio popular e as vozes contrárias ao republicanismo – representadas pelo partido federalista – ganham força. Sem o apoio do Marechal Deodoro, deposto em 23 de novembro de 1891 por Floriano Peixoto, o governador Lauro Müller deixa o cargo em 29 de dezembro do mesmo ano, dando lugar ao partido União Federalista que viria a governar o estado através de uma junta governativa até 1894.

Inicia-se então o segundo momento. Este período é marcado por intensas perseguições políticas, revoltas e pela situação precária e tumultuada²² que assolou Santa Catarina até 1894. A adesão do estado à Revolução Federalista tornará Desterro no epicentro dos revoltosos com o governo, resultando em mudanças drásticas na organização social do estado.

¹⁷ GOULARTI FILHO, op cit ,2003, p.982; GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. 3. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC 2016, p.77.

¹⁸ GOULARTI FILHO, op cit, 2003, p. 981.

¹⁹ Idem. Ibidem.

²⁰ ARAUJO, op cit, 1989, p.120; PAULI, op cit, p.48.

²¹ ARAUJO, op cit, 1989, p. 109.

²² ARAUJO, op cit, 1989, p.110; GONÇALVES, Janice. *Sombrios Umbrais a Transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. 2006. 444 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.66

Como um dos seus primeiros atos, a Junta Governativa dissolverá o Congresso Estadual e os Conselhos Municipais, tirando assim o poder representativo dos seus adversários republicanos e pouco a pouco ocupando os cargos de influência. Com esta manobra o partido federalista expulsou indiretamente muitos dos seus oponentes políticos da capital, abrindo assim caminho para governar sem oposição. Um último suspiro foi dado pelo partido republicano ao questionar o Tribunal de Justiça sobre as mudanças realizadas. Ficando ao lado dos republicanos, o tribunal se mostrou contrário à decisão, levando os federalistas a dissolverem o Tribunal de Justiça e instaurarem o Tribunal de Relação em seu lugar.²³ Uma posição que contrariava as ações que Floriano Peixoto havia tomado ao reabrir o congresso.

Focos de resistência ao novo governo surgiram pelo estado, sendo Tijucas, Blumenau e Brusque os principais pontos de discordância.²⁴ Os três municípios negaram de imediato o reconhecimento da Junta Governativa e se opuseram às ações tomadas pela organização. Os federalistas catarinenses, no entanto, manifestavam seu apoio ao governo provisório.²⁵

Sem instituições públicas para recorrer, o poder político passou a concentrar-se na mão daqueles que possuíssem mais força. Não tardou para os republicanos apelarem ao governo central uma intervenção. Assim, o Tenente Manoel Joaquim Machado foi enviado para Santa Catarina como o interventor do governo.²⁶ Porém, as expectativas dos republicanos logo seriam frustradas.

Enviado para convocar e dirigir as eleições, será o próprio Tenente Machado o maior beneficiado delas.²⁷ Ao assumir o governo em 1º de março de 1892, o jovem Tenente Machado começou a revelar-se alinhado com os pensamentos contrários ao governo e com o dos revoltosos federalistas. Tratou logo de aliar-se com os federalistas e passou a ser assessorado por eles, ordenando a deposição de José Bonifácio Cunha, intendente de Blumenau, município de forte resistência à Junta Governativa.²⁸ As eleições foram facilmente vencidas pelo Tenente Machado, sendo declarado governador do estado oficialmente em 14 de junho. A 2ª Constituição de Santa Catarina seria promulgada em 7 de julho e trazia no seu primeiro artigo o auto

²³ PAULI, op cit, p.64; CORRÊA, op cit, p.72.

²⁴ PAULI, op cit, p.65; MEIRINHO op cit, 1982, p.51.

²⁵ MEIRINHO, op cit, 1982, p.52

²⁶ PAULI, op cit, p.63; MEIRINHO op cit, 1982, p.52; CORRÊA, op cit, p.72; CABRAL, op cit, p.258.

²⁷ PAULI, op cit, p.67.

²⁸ MEIRINHO op cit, 1982, p.53; CABRAL, op cit, p.258.

reconhecimento de Santa Catarina como estado soberano e autônomo “só reconhecendo a intervenção da União nos casos expressamente definidos pela Constituição Federal”.²⁹

Dentre outras intervenções e mudanças que ocorreram pelo território catarinense, algumas delas foram bastante impactantes. O chefe do poder executivo, por exemplo, passou a ser chamado de Presidente, com um mandato de 4 anos, sem possível reeleição e com duas condições para se tornar elegível: ser catarinense ou residir há 4 anos no estado e ter mais de 30 anos. Continuando as modificações estruturais no maquinário do Estado, a 2ª Constituição também validava as ações tomadas anteriormente pelos republicanos de suprimir as intendências municipais, instaurando Câmaras Municipais em seus lugares. Pouco a pouco as atitudes tomadas por Santa Catarina apresentavam intenções de independência com relação ao resto da União.³⁰

As vozes que se opunham ao regime do Marechal Floriano Peixoto desde a sua ascensão à presidência, seriam intensificadas com a deflagração da Revolta da Armada e encontrariam apoio em Santa Catarina. Desterro também serviria de abrigo aos revoltosos da Revolta Federalista, sendo assim, ponto catalisador dos dois movimentos que, ao surgirem, não possuíam ligação.³¹

Inicialmente o governo do estado não havia se mostrado favorável à Revolução Federalista, mas o envio do exército para guarnecer a fronteira de Santa Catarina numa tentativa de frear os federalistas rio-grandenses acabou por inflamar os ânimos dos governantes catarinenses que acusavam o Marechal Floriano de promover a anarquia e ferir a autonomia estadual. Em 24 de abril de 1893 o governo de Santa Catarina rompe oficialmente com a União.³² O rompimento com o governo central fez com que numerosos federalistas gaúchos buscassem abrigo no território catarinense.

Pelo valor estratégico, o porto de Santa Catarina foi escolhido para ser a capital do governo rebelde, reunindo revoltosos do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Rapidamente os conflitos foram intensificados com o grande número de tropas e a onda de violência alastrou-se pelo interior dos estados de Santa

²⁹ Arquivo Público do Estado Apud MEIRINHO, op cit, 1982, p.54.

³⁰ MEIRINHO, op cit, p.54, CORREA, op cit, p.72.

³¹ MEIRINHO, op cit, 1982, p.58.

³² CABRAL, op cit, p.261; CORREA, op cit, p.72; MEIRINHO, op cit, 1982, p.57.

Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Apesar das conquistas territoriais e das vitórias bélicas, pouco a pouco o movimento revolucionário começava a fragmentar-se.³³

Os entraves dentro do movimento seriam sentidos através dos sucessivos desentendimentos entre os chefes revolucionários que “só favoreceu a Floriano, que passou a apresentar-se como salvador da República e da Unidade da Pátria”³⁴.

Inicialmente os revoltosos haviam conquistado a simpatia da população por lutarem contra a “tirania” de Floriano Peixoto que ditatorialmente teria se instalado no poder e ignorado a convocatória de novas eleições. Entretanto, a medida que os fatos iam se revelando, a ação dos líderes revoltosos ficava mais obscura e distante da população.

Da pouca solidez dos primitivos ideais, se é que os houve, resultara, assim, um desencontro de opiniões que desfavoravelmente impressionava. Não houvera um mesmo estreito laço de união a reunir todos os elementos que se davam a importância de chefes e de condutores.³⁵

O esfacelamento da união entre os líderes revoltosos resultou em um enfraquecimento do movimento, que acabou por ficar desorganizado e desunido demais para lutar com toda sua energia contra o governo.³⁶

Ao assumir uma postura ofensiva contra os revolucionários, Floriano contou com o apoio dos republicanos civis e militares que engajaram-se na batalha contra os federalistas.³⁷ Após sucessivas investidas, em 17 de abril de 1894, os últimos federalistas viriam a ser expulsos da capital catarinense.

Em 19 de abril chegaria à Desterro o delegado do governo federal Antônio Moreira César, enviado para estabilizar a região e realizar as eleições para o governo de Santa Catarina.

As medidas tomadas por Moreira César contra os revoltosos, no entanto, acabariam por resultar numa onda de massacres e execuções. Prisões e fuzilamentos atingiriam o movimento federalista, numa espécie de vendeta pelas degolas, prática utilizada pelos federalistas em seus adversários. Em Desterro, estima-se que 185 prisioneiros foram levados para a Ilha de Anhatomirim e de lá nunca retornaram.³⁸

³³ MEIRINHO, op cit, 1982, p.61; CABRAL, op cit, p.268.

³⁴ MEIRINHO, op cit, 1982, p.61.

³⁵ CABRAL, op cit, p.268.

³⁶ Idem. Ibidem.

³⁷ MEIRINHO, op cit, 1982, p.62.

³⁸ MEIRINHO, op cit, p.63; CABRAL, op cit, p.274.

Os habitantes do território catarinense mal haviam se recuperado da onda de violência que assolou o estado nos últimos meses quando Moreira César

(...) instalou o terror em Santa Catarina. Fez prender e recolher à fortaleza de Santa Cruz os apontados como inimigos da legalidade, até mesmo os que não haviam participado da revolução. As denúncias, as delações se sucediam com frequência (...) As fortalezas se congestionaram de prisioneiros, uns que se não puderam exilar ou esconder à fúria sanguinária dos vencedores, outros que não se haviam por culpados e ainda outros que, tendo buscado refúgio no interior da ilha, nas casas dos amigos ou nos matos, foram denunciados pela perversidade dos adversários, no seu incontido e desumano ódio partidário. Casas foram varejadas pela soldadesca em fúria; famílias desonradas.³⁹

E de acordo com Meirinho:

A violência só não atingiu aqueles chefes que conseguiram sair a tempo, como o presidente do Estado, Manoel Joaquim Machado e o líder federalista de Joinville, Abdon Batista, que buscaram refúgio em navios estrangeiros e depois seguiram para a Argentina.⁴⁰

Após os anos tempestuosos, era necessário reestruturar a vida política e econômica do estado. Moreira César, através de um decreto, trata então de restaurar a Constituição Estadual de 11 de julho de 1891, anulando muitas decisões da 2ª Constituição de Santa Catarina. Logo após, em 29 de julho, marca as eleições de governador e vice-governador do estado para 8 de setembro.⁴¹

Para o cargo de governador um nome é lembrado a todo momento: Hercílio Luz⁴². O jovem engenheiro militar angariou diversos simpatizantes ao defender por muitas vezes a pátria catarinense.⁴³

As marcas provocadas pelos excessos da Revolução Federalista abririam o caminho para o discurso de integração territorial e reconstrução do estado que surgiria com Hercílio Luz em sua candidatura. A rica terra que havia experimentado um crescimento nas últimas décadas, poderia ver brilhar novamente sua estrela.

³⁹ CABRAL, op cit, p.274.

⁴⁰ MEIRINHO, op cit, 1982, p.64.

⁴¹ MEIRINHO, op cit, 1982, p.66, PAULI, op cit, pp. 194-196.

⁴² PAULI, op cit, p.187.

⁴³ "A circunstância faz o líder. Foi a razão por que ascendeu no comando dos republicanos catarinenses a liderança de Hercílio Luz (...)". Grifo meu. Hercílio Luz atuou em diversos momentos em defesa do Partido Republicano Catarinense e principalmente contra a junta governativa, angariando para si a boa de fama de atuar em defesa do estado catarinense. Ver PAULI, op cit, pp.34-181.

A eleição para governador é facilmente vencida por Hercílio Luz. Era hora então de obter mais informações e traçar o caminho de progresso a ser trilhado pelo estado catarinense. Lauro Muller já havia procurado compreender as dinâmicas sócio econômicas para poder intervir de forma a se aproveitar das benesses destas estruturas e Hercílio Luz segue pelo mesmo caminho, procurando conhecer meticulosamente o estado para aproveitar melhor seus potenciais.

Sua fama de bom gestor⁴⁴, homem honrado e patriota eram espalhadas aos quatro ventos. A imagem de Hercílio Luz era propagandeada em um retrato contemporâneo feito pelo jornal *República*. Um trecho em particular nos chama a atenção: “(...) ele fará no Governo o mesmo que, como engenheiro, faz ao delinear uma planta: - trará tudo medido, esquadriado, detalhado... Foi um achado a sua eleição.”⁴⁵

O autor do texto segue oferecendo a ideia de que bastava uma intervenção racional e patriótica para um governo próspero, como se ao obter todos os detalhes as intervenções poderiam ser bem sucedidas. A matéria é publicada 14 dias após Hercílio Luz assumir como governador do estado de Santa Catarina e condiz com muitas das ações que serão tomadas pelo seu governo e pelos governos subsequentes nos próximos anos.⁴⁶

Vale lembrar que essa era a imagem que Hercílio sempre buscou passar e endossava, já que o jornal *Republica* tinha sido adquirido por José Boiteux com o auxílio de Hercílio Luz em 1891 e, com o passar dos anos, alcançou o posto de porta voz do Partido Republicano Catarinense⁴⁷.

É interessante pensar nas qualidades evocadas e na possibilidade de tratar política e economia como um simples aglomerado de números que podem ser obtidos e organizados. Mas como então “medir, esquadriar e detalhar”? Uma série de ações serão tomadas a fim de adquirir um maior número de informações sobre o estado catarinense.

⁴⁴ Hercílio Luz atuou no início da sua vida política como juiz comissário de terras, engenheiro da província de Santa Catarina e engenheiro de obras públicas. Ver PAULI, op cit, p.37-46

⁴⁵ REPUBLICA. Florianópolis, 12 out. 1902, p.1

⁴⁶ ARAUJO, op cit, 1989, p.114

⁴⁷ CORREA op cit, 1982, p.79; BAHIA, Eliana Maria. *Perfil de José Boiteux: Um construtor da cultura catarinense*. 1994. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994, p.17

Das cisões provocadas pela revolta federalista nasceu o discurso de integração territorial, que tinha como pretensão alinhar o desconhecido passado de Santa Catarina para delinear o futuro do homem e do estado catarinense.⁴⁸ A ideia de costurar um território e um passado fragmentados atendia muito bem aos interesses dos governantes e, através da história e geografia, isso seria possível. A geografia delineava e marcava quem pertencia ou não ao solo catarinense e a história os conduzia através do tempo.

Como governador, uma das primeiras medidas de Hercílio Luz é estabelecer uma comissão a fim de confeccionar um mapa atualizado do estado catarinense. A cartografia mais recente da região era datada de 1872 e a sua representação em mapa era considerada precária e imprecisa.⁴⁹ As questões de limites com o Paraná e Rio Grande do Sul, – iniciadas com Lauro Müller –, serão também vigorosamente retomadas.⁵⁰

As armas e a bandeira do estado também serão criadas no governo de Hercílio Luz, sendo as armas vigentes até a atualidade. À pedido do governador, Henrique Boiteux cria um esboço para as armas, concluindo-o em novembro do mesmo ano. “O desenho foi exposto ao público, para que omitisse opiniões e sugestões – que, naturalmente não devem ter faltado, mas nenhuma levada em conta – e posteriormente enviado ao Congresso Estadual para aprovação”⁵¹.

Outro evento, e que caminha na mesma direção das intervenções anteriores, será a mudança do nome da capital para Florianópolis, em homenagem ao “Marechal de Ferro”. O nome de Nossa Senhora do Desterro já havia sofrido tentativa de mudanças em 1888 e 1892, com justificativa de que o nome seria considerado impróprio e injusto, pois remetia ao exílio e à desconexão. Sem objeções formais e com muitas manifestações favoráveis⁵², a capital foi rebatizada oficialmente para Florianópolis em 1º de outubro de 1894.

Com estas e outras ações, o governador pretendia conceder ao território catarinense uma configuração física e símbolos que identificassem sua personalidade independente dentro da nação.⁵³

⁴⁸ ARAUJO, op cit, 1989, p.119; CORRÊA, op cit, pp.81-82.

⁴⁹ PAULI, op cit, p.222.

⁵⁰ CABRAL, op cit, p.278.

⁵¹ CORRÊA, op cit p.79.

⁵² ARAUJO, 1989, pp.113-115; MEIRINHO, op cit 1982, p.68-69, CABRAL, op cit, p.278; PAULI, op cit, pp.204-205,

⁵³ CORRÊA, op cit, p.81.

Numa espécie de prestação de contas, atualização das situações e comunicação de planos futuros, uma mensagem é enviada anualmente ao congresso representativo de Santa Catarina. Em seu primeiro texto, enviado em 27 de julho de 1895, Hercílio Luz lamenta o falecimento de Floriano Peixoto e queixa-se da falta de verba e das dívidas acumuladas quando assumiu o governo, se propondo a esforçar-se “pela permanência do saldo, avolumar o mesmo, sem, contudo, descuidar as necessidades públicas mais palpitantes”⁵⁴

Ainda no mesmo documento, o governador apresenta as causas do esvaziamento dos cofres públicos. O baixo índice de exportação e a ineficácia nas cobranças tributárias seriam os dois principais agravantes da situação.

Uma das soluções propostas seria a construção de novas estradas e o melhoramento das antigas.

Sendo a viação de um Estado a base de seu desenvolvimento e riqueza tem o governo, assim compreendendo, prestado grande atenção ao melhoramento e conservação das atuais vias de comunicação bem como a abertura de novas – necessidade que se impõe a vista do aumento considerável que tem tido nos últimos anos a nossa população rural⁵⁵

Uma parte desse aumento populacional rural pode ser creditado aos setores industriais que se desenvolveram em Santa Catarina. Algumas das indústrias originárias⁵⁶ do estado catarinense já experimentavam uma forte consolidação, o que atraía novos habitantes para as suas regiões. Estas indústrias originárias estão intimamente ligadas à três setores principais: o extrativismo – erva-mate, madeira e carvão -, o setor alimentício – farinha, açúcar e derivados de suínos – e a indústria têxtil.⁵⁷

O crescimento das indústrias, da produção e o alargamento do mercado interno e externo, certamente pesaram no ímpeto de construir as estradas. Um exemplo disso é o empréstimo feito pelo governo para “o melhoramento da viação do Estado, principalmente, a que liga os municípios serranos aos portos que lhes ficam mais

⁵⁴ “*Mensagem enviada ao Congresso Representativo de Santa Catarina pelo Dr. Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado, em 27 de julho de 1895*”, Florianópolis, Typ. da Republica, 1895, p.4-5.

⁵⁵ Idem. p.8

⁵⁶ GOULARTI FILHO, op cit, 2002, p.76

⁵⁷ Idem. Ibidem

próximos.”⁵⁸. O interesse em ligar a serra catarinense aos portos é um forte indicativo da necessidade de aumentar o fluxo de mercadorias, conseqüentemente alimentando também os cofres públicos através da ampliação na cobrança dos impostos.⁵⁹

Além das supostas vantagens econômicas, Hercílio Luz tenta convencer seus congêneres com uma retórica republicana compartilhada no Brasil⁶⁰, clamando valores como patriotismo, coragem e justiça:

Estou convicto que ao congresso sobram patriotismo e coragem para arcar com preconceitos que, por ventura, ainda possam existir, e, inspirando-se nos sentimentos de mais ampla justiça, seguir a verdadeira orientação e resolver, com a proficiência que lhe é reconhecida, este magno assunto (...)⁶¹

Não por um acaso, um dos focos do melhoramento estava na serra catarinense, local com alta disponibilidade de araucárias e onde indústrias madeireiras haviam se fixado. A construção de estradas facilitaria a circulação de mercadorias, tanto para o mercado interno quanto para o externo, o que por sua vez permitiria um volume maior de bens circulando, resultando numa maior arrecadação do governo através dos impostos.

Podemos notar o aumento desta indústria em particular se observarmos que, em 1865, por exemplo, a colônia de Brusque contava com quatro carpinteiros e dois marceneiros, ao passo que em 1876 já haviam dezesseis carpinteiros, onze marceneiros e vinte e um serradores na região.⁶² Mesmo que muitos desses trabalhadores fossem novos imigrantes, esses números são indicativos do crescimento de uma indústria produtora e um mercado consumidor, já que era um mercado atrativo o suficiente para cativar mais mão de obra.

Devido à alta disponibilidade de recursos, a extração madeireira era “a fonte mais rápida, fácil e disponível de acumulação capitalista”⁶³ na região. A venda de madeira era tão lucrativa que em 1887 representava 48,6% das exportações nas colônias do Vale do Itajaí.⁶⁴

⁵⁸ Mensagem enviada ao Congresso Representativo de SC, op cit, 1895, p8.

⁵⁹ Idem p.5.

⁶⁰ GONÇALVES, op cit, 2006, p.53-79; ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: Fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p.235-274.

⁶¹ Mensagem enviada ao Congresso Representativo de SC, op cit, 1895, p.6

⁶² GOULARTI FILHO, op cit, 2002, p.82

⁶³ GOULARTI FILHO, op cit, 2002, p.81

⁶⁴ Idem. Ibidem

Com a acumulação de capital das madeireiras, outras indústrias acabavam por se desenvolver também. A fixação das madeireiras permitiu que os trabalhadores também se instalassem na região e um mercado de consumo interno se desenvolvesse. Ao contrário das companhias colonizadoras, as madeireiras fixavam-se na região e o capital acumulado era diluído na economia local em outros setores de produção.

As áreas do planalto serrano possuíam uma grande quantidade de madeiras de qualidade e foi uma das regiões onde a indústria madeireira havia se instalado recentemente e crescia em um bom ritmo. Daí a preocupação em conectar a região à pontos de distribuição.

Para poder realizar as intervenções com mais precisão, Hercílio Luz anuncia, ainda em seu comunicado, a criação de um mapa atualizado do estado catarinense. Segundo o governador, a imprecisão do antigo mapa dificultava os poderes públicos de realizarem suas obras, pois o mapa era tão incorreto que se tornava quase imprestável⁶⁵. É criada então uma comissão com o vice-governador Polidoro Olavo de S. Thiago e mais dezesseis engenheiros, todos dirigidos pelo próprio Hercílio Luz. Contudo, o mapa só será finalizado em 1898, ao término do primeiro governo de Hercílio Luz.

Para os governantes, as rodovias também permitiriam adentrar com celeridade o interior de Santa Catarina. Permejar estas áreas significava demarcar os limites e guarnecer as fronteiras, problemas que Santa Catarina enfrentava constantemente com os estados vizinhos.

A proposta apresentada para povoar é continuar com os serviços de imigração, mas de uma forma que não custe aos cofres públicos. A solução indicada foi vender as terras na proporção em que fossem requisitadas e deixar por conta dos próprios compradores os custos com a medição dos terrenos e acrescentado uma condição de que e as terras despovoadas num prazo de 20 anos seriam retornadas para o Estado. “Em resumo: - nenhum ônus pesará sobre o Estado. As terras são cedidas para terem aplicação que o governo lhes destina, e, caso isso não se realize, reverterão ao Estado, embora pagas.”⁶⁶

Por fim, outra demanda apresentada na carta, é a criação de um instituto estatístico para auxiliar o governo em suas empreitadas, como podemos observar no

⁶⁵ Mensagem enviada ao Congresso Representativo de SC, op cit, 1895, p.12.

⁶⁶ Mensagem enviada ao Congresso Representativo de SC, op cit, 1895, p.14.

trecho a seguir: “É também de absoluta necessidade a criação de uma repartição de estatística, que tenha a seu cargo todos os trabalhos – de suma utilidade para a administração do Estado – relativos àquele ramo”.⁶⁷

Mas, as informações acerca da história e geografia catarinense poderiam ser de serventia para um governo que se projetava como planejado, consolidado e estável? Como utilizar as informações cedidas pela história e geografia de forma prática com a finalidade de aproveitar melhor as riquezas do estado e unificar as regiões separadas tanto fisicamente quanto culturalmente?

Na direção desse pensamento, em 1894, José Boiteux havia sugerido a criação de um Instituto Histórico e Geográfico e uma Associação Cívica na capital. No dia 7 de novembro, as páginas do jornal *Republica* louvavam a ideia:

Duas instituições utilíssimas e de vantagens intuitivas deverão, em pouco tempo, tornar-se uma auspiciosa realidade, visto como aqueles, que delas se encarregam, são prestantes e dedicados cidadãos. Trata-se ativamente de criar neste Estado um Instituto Histórico e Geográfico e uma Associação Cívica, - Instituições destinadas a, em campos diversos, representar salientíssimo papel.⁶⁸

O jornal segue com uma breve descrição das duas instituições que, se observado, complementam-se. Sobre o IHGSC:

O Instituto Histórico, encarregado de recolher e disciplinar os elementos dispersos que por aí jazem e que muito concorrerão para a documentação da história e geografia desta terra, cuja gênese vagueia ainda envolta em trevas, e onde se elaborará toda a vida de nossa individualidade social através das idades⁶⁹

E tratando da Associação Cívica:

“Por seu turno a Associação Cívica, destinada à uniformização das unidades, cuja soma constitui o partido republicano do Estado, tratará também da comemoração dos grandes acontecimentos nacionais, inoculando no espírito popular o amor pela Pátria e pela República e o respeito pelos homens que por ela se sacrificaram”⁷⁰

⁶⁷ Idem, 1895, p.17.

⁶⁸ REPUBLICA, Florianópolis, 7 nov. 1894, p.1.

⁶⁹ Idem. Ibidem.

⁷⁰ REPUBLICA, Florianópolis, 7 nov. 1894, p.1

Dado ao passado recente de quebra da ordem e ruptura dos laços com o Brasil, reforçar a identidade estadual e do sentimento de pertencimento à nação era uma tarefa fundamental. Se a associação tem como um dos objetivos a comemoração de datas importantes, quem melhor para definir quais datas eram importantes senão o IHGSC? Apesar de todo o elogio e a importância dada, o IHGSC não saiu do papel até 1896.

Hercílio Luz termina sua carta com uma mensagem dirigida principalmente ao povo catarinense, dispondo-se a “apaziguar as paixões que a luta originou, para que os vencidos e os vencedores possam calmamente cooperar para o bem do Estado(…)” e “(...) de trabalhar para a confraternização de todos os catarinenses sob um vitorioso e verdadeiro regime republicano (...)”⁷¹.

As informações até aqui expostas, irão nos auxiliar a compreender melhor as ações do IHGSC. Entender um pouco do que se passava no estado e as demandas existentes nos permitem ter uma visão panorâmica da situação. A seguir tratarei com maior fôlego sobre a atuação do IHGSC e como suas atividades se entrelaçaram com as ações governamentais.

⁷¹ Mensagem enviada ao Congresso Representativo de SC, op cit, 1895, p.17. Grifo meu.

Uma questão de fronteiras

No dia 17 de Novembro de 1894, exatamente dez dias após a ideia ser elogiada⁷², o jornal *Republica* publica o convite formalizado por José Boiteux – na época em sua primeira legislatura como deputado estadual –, para a fundação do IHGSC:

Convido todos os cidadãos que se interessam pelos negócios públicos e progresso da Pátria Catarinense, a reunirem-se, ao meio dia de 17 do corrente, numa das salas da secretaria provisória do Governo afim de instalar-se o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, sobre as bases que adiante publico.⁷³

As bases do IHGSC são expostas em cinco pontos. Quatro deles discorrem sobre a atuação do Instituto e o último, dividido em quatro subtópicos, trata das questões mais administrativas, como dias de reunião, tipos de sócios e sobre a periodicidade da eleição dos diretores e demais cargos dentro da instituição. São elas:

“O Instituto Histórico e Geográfico Catarinense tem por fins principais:

- 1º. Coligir, organizar, redigir e publicar todos os dados existentes e necessários para a elaboração da História e da Geografia do estado.
- 2º. Publicar uma revista trimestral, em que se editem todos os documentos a que se refere o ponto anterior e as atas das sessões do Instituto.
- 3º. Celebrar conferências públicas mediante sorteio, sobre pontos obscuros de nossa História ou Geografia.
- 4º. Corresponder-se com as associações congêneres, a fim de serem trocadas ideias e permutados elementos históricos e geográficos.
- 5º. Organizar os seus Estatutos sobre as seguintes bases:
 - a) Eleger anualmente a diretoria, a comissão de redação da revista, os membros das comissões permanentes e os relatores das seções.
 - b) Organizar duas seções: uma de História e outra de Geografia, para o estudo de cada uma dessas matérias.
 - c) Funcionar, em sessões ordinárias, uma vez por semana.
 - d) Compor-se de três classes de sócios: instaladores, efetivos e correspondentes⁷⁴

⁷² “Duas instituições utilíssimas e de vantagens intuitivas deverão, em pouco tempo, tornar-se uma auspiciosa realidade, visto como aqueles, que delas se encarregam, são prestantes e dedicados cidadãos. Trata-se ativamente de criar neste Estado um Instituto Histórico e Geográfico e uma Associação Cívica, - Instituições destinadas a, em campos diversos, representar salientíssimo papel. O Instituto Histórico, encarregado de recolher e disciplinar os elementos dispersos que por aí jazem e que muito concorrerão para a documentação da história e geografia desta terra, cuja gênese vagueia ainda envolta em trevas, constituirá o núcleo forte e eficaz onde se elaborará toda a vida de nossa individualidade social através das idades”. Grifo meu. REPUBLICA, Florianópolis, 7 nov. 1894, p.1.

⁷³ REPUBLICA, Florianópolis, 17 nov. 1894, p.1.

⁷⁴ Idem. p.1.

Os primeiros quatro pontos são semelhantes aos do IHGB⁷⁵, já que fora criado *ad instar* dos institutos que existem na capital e nos diversos estados da República⁷⁶.

No dia 20 de novembro, o Jornal *Republica* publica uma pequena nota⁷⁷ anunciando que no dia posterior iria noticiar de fato a instalação do Instituto. Como prometido, no dia 21 o jornal publica a lista dos presentes e o local onde a reunião havia acontecido. A reunião aconteceu no palácio do governo e contou com a presença

do governador Hercílio Luz, dos desembargadores José Roberto Viana Guilhon, Francisco da Cunha Machado Beltrão e Manoel Cavalcanti de Arruda, do juiz de direito Joaquim Thiago da Fonseca, além dos comerciantes Antônio Pereira e Oliveira, José Maria Carneiro Júnior e Tomáz Cardozo da Costa Júnior, dos jornalistas José Arthur Boiteux, seu idealizador, de Afonso Cavalcanti do Livramento e do professor Emílio Grams.⁷⁸

Na mesma reunião, ficou definido que após a aprovação dos estatutos e da diretoria, o Instituto passaria a funcionar no prédio da Biblioteca Pública até que tenha recursos para obter um local próprio⁷⁹

Em 14 de dezembro de 1894 uma carta é publicada no jornal *Republica* e endereçada a José Boiteux. Nela, Luiz Antônio Ferreira Gualberto, médico baiano fixado em São Francisco do Sul⁸⁰, lamenta que o novo instituto não incluía em seus estudos as áreas de antropologia, pré-história e etnografia.⁸¹ O médico argumenta que um dos motivos dessas áreas merecerem suas inclusões é a enorme presença de sambaquis pelo estado catarinense e o quanto estes sítios arqueológicos poderiam contribuir nestes campos do conhecimento.⁸²

A carta continua:

⁷⁵ RIHGB tomo I, 1839.

⁷⁶ REPUBLICA, 7 nov. 1894, p.1

⁷⁷ “Daremos amanhã notícia circunstanciada da instalação do Instituto Histórico e Geográfico”. REPUBLICA, 20 nov. 1894. p.2

⁷⁸ REPUBLICA, 21 nov. 1894, apud CORRÊA p.84. Infelizmente a cópia do jornal Republica a qual tive acesso estava com uma parte muito apagada, sendo difícil reconhecer os nomes de todos que compareceram.

⁷⁹ REPUBLICA, 21 nov. 1894, p.2.

⁸⁰ CORRÊA, op cit, p.85

⁸¹ REPUBLICA, 14 dez. 1894, p.1.

⁸² Idem. Ibidem.

Todos sabem que foi pelo o (sic) estudo dos *kjökkenmödding*⁸³ da Dinamarca que Worsal e Steenstrupp inauguraram os belos estudos da antropologia pré-histórica (...) sendo mais imponentes e grandiosos os nossos *sambaquis* que os âmagos de conchas da Dinamarca, e únicos monumentos que ora aqui se sucederam parece-me que não se deveria esquecer o estudo deles (...)⁸⁴

Segundo o médico baiano, o estudo dos sambaquis também auxiliaria a resolver “o problema momentoso e difícil dos diferentes povos indígenas que habitaram o Brasil”.⁸⁵ Vale lembrar que a questão dos povos indígenas na historiografia já era um assunto que vinha sido discutido em solo brasileiro e permeou boa parte das discussões históricas e historiográficas no Brasil. Muitos estudos já haviam sido realizados no seio do IHGB e do museu nacional desde o período do Segundo Reinado.⁸⁶

Apesar da reunião de fundação ter sido anunciada pelo jornal em 19 de novembro de 1894⁸⁷, da carta enviada por um leitor comentando sobre o Instituto e da reunião divulgada no dia 21, não existe nenhuma documentação oficial – do Instituto – sobre a instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina neste dia, sendo usada a data de 7 de setembro de 1896 como sua fundação oficial.⁸⁸

De acordo com o pesquisador Carlos Humberto Corrêa, não é possível afirmar com exatidão os motivos pelos quais o Instituto viria a ser refundando em 7 de setembro de 1896⁸⁹. Uma das possíveis razões pode ser a estabilidade política e social que havia em 1896 e que não era presente em 1894, quando o estado ainda sentia as mazelas deixadas pela revolta federalista.⁹⁰

Em minha pesquisa, não pude encontrar respostas suficientes para poder sanar esta dúvida; porém, encontrei documentos que podem nos auxiliar a compreender a nova data de fundação do Instituto.

Como de costume, Hercílio Luz enviou uma carta para o Congresso Representativo para relatar sobre seu governo. Dentre muitas queixas, apontamentos

⁸³ LARROUSSE, Dictionnaire, Fr, 2016. “Acúmulo de restos culinários e domésticos (principalmente mariscos) de populações mesolíticas e neolíticas, no Báltico, na Escócia, na França, em Portugal, na América do Sul.”

⁸⁴ REPUBLICA, Florianópolis, 14 dez. 1894, p.1.

⁸⁵ Idem. Ibidem.

⁸⁶ TURIN, Rodrigo. Tessituras do Tempo: Discurso Etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013

⁸⁷ Republica 19/11/1894

⁸⁸ CORRÊA, op cit, p.84.

⁸⁹ Idem, p.84-87.

⁹⁰ Idem. Ibidem.

e planejamentos, um tópico em particular chama muito a atenção. O governador reclama novamente do impasse com o Paraná na questão dos limites entre os dois estados. Para Hercílio, definir as fronteiras era de extrema importância

Devo trazer ao vosso conhecimento, antes de entrar na exposição das condições do estado e das medidas que julgo dever indicar à vossa consideração, um fato importante, direi mesmo – de magna importância. Refiro-me à questão de limites com o vizinho estado do Paraná, - assunto que tanto tem preocupado os poderes de ambos os estados e que, no momento, deve chamar toda a vossa atenção.

Esta questão, que herdamos com a nossa independência e que – como muitas outras – deixou de ter solução no passado regime, tem sido um dos entraves ao nosso progresso, por haver até hoje ficado sem povoamento a mais rica, talvez, das regiões do nosso Estado.

Conflitos, alguns bem graves, têm-se dado, em diversas épocas, a propósito desse litígio, cuja solução urge, afim de evitar consequências desagradáveis e inevitáveis, caso continue a permanecer, sem solução definitiva, assunto de tanta importância.

Atendendo a essas razões, e como meio prático de resolver o mais breve possível o litígio, os nossos representantes no Congresso Nacional, por iniciativa dos representantes do Paraná, firmaram com estes um acordo no qual tomaram coletivamente o compromisso de promover junto aos poderes dos dois estados a solução pelo arbitramento.⁹¹

A mensagem é de 6 de agosto de 1896, um mês antes da nova data de fundação do IHGSC. Gostaria de sugerir que o reaquecimento desta velha demanda tenha impulsionado a retomada dos projetos de fundação de um instituto histórico e geográfico em Santa Catarina, já que a Instituição daria um aporte “científico” na argumentação sobre a divisa.

Um ponto que reforça esta ideia, é a ida – a pedido do governador – de José Boiteux a Lisboa em dezembro de 1896 para recolher documentos que pudessem auxiliar na argumentação para a definição dos limites entre os dois estados.⁹² Em 1890, no governo de Lauro Müller, José Boiteux já havia produzido um documento sobre esta mesma questão. O livro *Santa Catharina – Paraná: Questão de limites* traz diversos documentos, cartas, estudos históricos e geográficos para mostrar quais seriam os verdadeiros limites alegado pelos catarinenses entre os estados vizinhos. Como a questão não foi resolvida e Lauro Müller, governador na época, nem fora recebido em Curitiba para tratar do assunto, é possível supor que o documento não

⁹¹ Mensagem enviada ao Congresso Representativo de Santa Catarina pelo Dr. Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado, em 06 de agosto de 1986”, Florianópolis 1896 p.6

⁹² CORRÊA, op cit, p.88

surtiu todo o efeito desejado, pois nem ao menos conseguiu apresentar as novas fronteiras para discussão. Há a possibilidade de que, pelo regime Republicano ainda estar passando por situações delicadas em 1890, esta questão tenha sido preterida, já que, para o Paraná, o suposto erro nas divisas era favorável e o poder central se concentrava em outras frentes.

Na ocasião de 1890, José Boiteux era apenas um secretário de um governo frágil e passando por uma República em gestação. Em dezembro de 1896, por outro lado, José Boiteux era secretário de um governo sólido e também secretário geral de uma Instituição recém fundada, que pertencia a um circuito de instituições que se postavam como centros de produção de conhecimento histórico e geográfico, um “lugar social” próprio, o qual lhe concederia um peso maior nos seus argumentos.⁹³

Esta nova pesquisa auxiliou o advogado Manoel da Silva Mafra – nomeado para defender o interesse do estado catarinense na questão – a formular sua tese de defesa – que mais tarde daria origem ao livro *Exposição Histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná*.⁹⁴

Por essa monografia se tratar de um trabalho de menor fôlego e pretensão, não foi possível examinar minuciosamente ambos os documentos, já que o livro de Manoel da Silva Mafra possui mais de 700 páginas, no entanto, é uma rica fonte de informações que pode ser explorada pelos interessados no assunto.

Outra questão interessante são as datas da fundação do Instituto: 17 de novembro e 7 de setembro. Uma marca a adesão do estado catarinense à República e outra a independência do Brasil. Mesmo tendo sido criado com o IHGB sendo um norteador, o IHGSC fora gestado sob a ótica republicana e positivista, já que seus membros fundadores em boa parte estavam ligados ao governo republicano e à correntes de pensamento positivistas⁹⁵. A nova data, porém, pode significar uma forma de aproximação com o IHGB e integração dentro do circuito de institutos históricos e geográficos a fim de obter também reconhecimento, já que uma parte da sua argumentação legal foi produzida por um membro de uma instituição semelhante.

Se observarmos as duas menções de 7 e 17 de novembro 1894 sobre o instituto no jornal *República*, notamos que nenhuma delas considera ou menciona o estudo da

⁹³ CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1982.

⁹⁴ CORREA, op cit, p.88

⁹⁵ José Boiteux e Hercílio Luz, idealizador e patrono do instituto, respectivamente, tiveram suas formações fortemente influenciadas por grandes nomes do positivismo no Brasil como Esteves Júnior e Benjamin Constant. Ver PAULI, op cit, e BAHIA, op cit.

antropologia ou etnografia. O estatuto de 1896, porém, já manifesta em seu conteúdo o interesse por estas duas áreas da ciência:

Art. 1.º O Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina tem por fim:

- I. Reunir, verificar, coligir, arquivar e publicar as traduções e documentos concernentes à História, à Geografia, à Antropologia, à Arqueologia, à Etnografia e a língua dos indígenas da América e principalmente do Estado de Santa Catarina
- II. Corresponder-se com as sociedades congêneres, para mais fácil desempenho dos fins a que se destina.
- III. Organizar uma biblioteca de obras concernentes aos seus fins
- IV. Organizar um museu de objetos de arte, uso e costumes indígenas, instrumentos e armas, e bem assim de objetos que tenham pertencido aos homens notáveis do país.
- V. Organizar uma exposição de objetos e produtos da natureza, encontrados no solo do estado, qualquer que seja o ramo da ciência a que estejam filiados.
- VI. Organizar uma seção do museu, que deverá fornecer os dados precisos para qualquer trabalho sobre a fauna e flora genuinamente catarinense.
- VII. Comissionar emissários de reconhecida competência, no interior do estado e nos estados da República, para estudarem os pontos que aproveitarem à história deste estado.
- VIII. Publicar trimestralmente uma revista, que se denominará *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* e que se dividirá em duas partes, as quais poderá acrescer uma parte noticiosa e bibliográfica, contendo:
 - a) As atas das sessões, discursos importantes dos associados, relatórios, lista de sócios, etc.;
 - b) Os trabalhos ou memórias dos sócios, documentos e artigos relativos aos fins a que se propõe o Instituto, originais ou extratos, biografias, etc.;
- IX. Criar cursos de história e corografia pátrias, logo que os seus cofres o permitirem.

Art. 2º A sede do Instituto é a cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina

Guardadas as devidas proporções – um artigo em um jornal e estatuto propriamente dito do IHGSC – se compararmos o que fora divulgado em 7 e 17 de novembro de 1894 com o Estatuto de 1896, é possível notar algumas diferenças importantes, como a inclusão de antropologia, arqueologia, etnografia e língua indígena no escopo de interesses do Instituto.

É muito improvável que a inclusão destes segmentos das ciências humanas tenha relação de causa e efeito somente com a carta de Luiz Antônio Ferreira Gualberto – enviada para o jornal *Republica* dois anos antes. Embora o mesmo tenha

sido um dos membros fundadores do Instituto⁹⁶, a antropologia, etnografia e linguística passavam por uma crescente no interesse dos pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, o que também contribuiu para a inclusão destas áreas de estudo no Instituto.

A historiografia brasileira vinha se empenhando em tentar desvendar e integrar o passado indígena ao passado luso-brasileiro. Como Rodrigo Turin demonstra, o aparecimento e o fascínio por estas áreas teve uma íntima relação – no caso brasileiro – com a necessidade de acomodar, principalmente, os povos indígenas numa história geral do Brasil, pois, em um mundo onde a história é um elemento fundante, era impossível conceber um povo “sem história”, e por não possuírem a mesma tradição histórica dos europeus, seus registros não poderiam ser considerados históricos e deveriam ser abraçados por outra área da ciência.

Enquanto a história ocupava-se com a escrita, com a temporalidade e com a identidade, à etnografia caberia outras áreas: a oralidade, a espacialidade, a alteridade e a inconsciência.⁹⁷

Essa partilha, fundada na consolidação de um mesmo espaço de saber, acabaria por se mostrar, todavia, uma partilha ilusória, pois o objetivo primeiro do discurso etnográfico era, justamente, trazer o outro para o mesmo, enquadrá-lo, ainda que por vias indiretas, num mesmo plano de inteligibilidade que é o discurso histórico.⁹⁸

Desvendar o passado indígena de Santa Catarina poderia fornecer elementos para a gênese do estado e, por consequência, justificar seus limites e as intervenções governamentais, ao mesmo tempo em que colaboravam com uma das questões mais em voga no debate nacional. As ferramentas que permitiram conhecer esse passado seriam justamente estas novas áreas das ciências humanas.

Se um dos princípios era permutar o conhecimento produzido no IHGSC com os outros Institutos, caso o IHGSC definisse as fronteiras e outras associações e institutos reconhecessem essa produção, isso seria mais um argumento a favor de Santa Catarina nas definições dos limites, já que os outros estados através dos seus respectivos institutos e o Brasil através do IHGB teriam em seus dados – pela troca

⁹⁶ GRISARD, Iza Vieira da Rosa. Memória do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina 1896-2014. Florianópolis: IHGSC, 2015, p.228.

⁹⁷ TURIN, op cit, p.15.

⁹⁸ Idem. Ibidem.

de revistas e de pertencer à um mesmo circuito de instituições – essas informações que seriam consideradas atualizadas e “verdadeiras”.

Nessa mesma lógica, cada um comporia sua “parte da verdade” e apresentaria para os outros. Essas “verdades” seriam peças únicas de um mosaico e o IHGB, encarregado da história do Brasil, seria a mão capaz de montar e organizar, onde as peças soltas por si só não possuem muito valor, mas postas dentro de um fio condutor ou uma lógica, elas mantêm suas individualidades – já que as peças que forneceram são produtos da sua produção individual como estado/instituto – e ao mesmo tempo integram-se no grande mosaico que dá sentido à elas.

Apesar da suposta urgência, a revista do Instituto, prevista no estatuto de fundação, demoraria seis anos para reaparecer. Os primeiros dois volumes – publicados com dinheiro privado do Instituto e seus associados e através de uma livraria particular – se dedicaram a publicar os discursos dos membros, o estatuto do Instituto, indicações bibliográficas sobre a história e geografia catarinense, notas biográficas de personagens importantes para Santa Catarina e artigos que versassem sobre o estado catarinense.

O discurso do Padre Gercino D’Oliveira Sant’Anna publicado na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* em 1902 deixa transparecer o desejo de tornar conhecida uma suposta história oculta de Santa Catarina:

Se tu, ó terra natal, não possuis fama de ter sido o berço e como que o seminário de homens de letras em prosa e em verso, de artistas, de guerreiros por terra e por mar, não é certamente porque não os tenhas tido ou possuas ainda, mas simplesmente porque até hoje ninguém se incumbiu de fazer ressoar de norte a sul, de leste a oeste, a trombeta de prata da tua fama.

Exulta, portanto, oh! Terra natal! Um abençoado grupo de homens de boa vontade, de tempera rija, deixando, fora do limiar deste recinto, todo e qualquer preconceito, unidos em um só pensamento, fitando uma só mira; compenetrados de um dever patriótico, intentam desentranhar as tuas riquezas, descobrir as tuas belezas e, delas formando um lindo ramalhete, apresentar ao público brasileiro e altamente proclamar que também, apesar de seres terra pequena, és grande, contudo, na tua corografia, na tua natureza, nos teus homens, na tua história.⁹⁹

⁹⁹ Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina - RIHGSC, Florianópolis v1, n1, 1902, p.75-76.

Para o padre, o nome de Santa Catarina não ressoava pelos quatro cantos do país por falta de pessoas dedicadas a esta missão. Os feitos do passado estavam encobertos pela poeira do esquecimento, bastando apenas sacudi-los do indiferentismo público e colocá-los à mostra.

Estes exemplos não só firmariam o passado glorioso de Santa Catarina como delineariam seu futuro de conquistas. Isso fica claro neste trecho do discurso de Joaquim Thiago da Fonseca, orador do Instituto, juiz de direito e membro da comissão da redação da revista. Para o orador:

O presente, meus senhores, não é mais do que o resultado das condições acumuladas pelo passado, de modo que uma nação, que, como a nossa, possui uma série ininterrupta de gloriosas tradições, deve viver sempre, no meio dos infortúnios e das dificuldades, opulenta de esperança e fé. As glórias do passado são o sinal certo das glórias do presente e das glórias do futuro; - glórias que se reproduzirão, embora com fatais soluções de continuidade.¹⁰⁰

E na mesma direção, o sócio efetivo Alfredo Costa e Albuquerque, também comenta:

As nações, como os indivíduos, passam por sucessivas evoluções: em sua marcha no caminho indefinido do tempo obedecem à lei providencial do progresso, que é a lei suprema regendo os gloriosos destinos da humanidade. Investigai o passado, consultai o presente, e, quer nos monumentos das gerações extintas, quer nas instituições coevas, como se exprime um pensador moderno, encontrareis o predomínio dessa lei do progresso, dirigindo os indivíduos e povos através dos tempos, como um laço de afluência que liga o passado ao presente e que há de ligar o presente ao futuro.¹⁰¹

O IHGSC se encarregaria então de buscar estes exemplos na história catarinense. É o que o artigo *O aparecimento da revista* expõe, ao afirmar que apoiar a revista era garantir que os trabalhos realizados dentro do Instituto não ficassem confinados nos arquivos e sim servissem de forma a educar cívica e intelectualmente o povo¹⁰². Mais ainda

¹⁰⁰ RIGHSC, v1, n1 1902 p.11.

¹⁰¹ RIGHSC, v1 n2 1902 p.44.

¹⁰². "Auxiliar nossa revista é fortalecer o Instituto Histórico e Geográfico Catarinense, que sem ela, não poderá preencher os elevados fins a que se destina, porque os seus trabalhos no vasto campo da ciência não devem ficar, apenas, conservados em seus arquivos, mas visam a larga e fecunda publicidade, necessária para a educação cívica e intelectual do nosso povo." RIGHSC, v1, n1, 1902, p. 8.

Urge, agora, que o público, que os nossos concidadãos amantes da terra que lhes foi berço ou em que radicam interesses, nos fortaleçam com a sua cooperação, afim de que possamos cumprir a missão que nos foi imposta: - missão verdadeiramente notável e cheia de inapreciáveis resultados, porque é por meio das respectivas revistas que as associações congêneres à nossa estabelecem entre si um rápido e seguro meio pelo qual transmitem as descobertas que vão realizando”¹⁰³

Qual seria então esta situação urgente que fez com que a revista fosse finalmente lançada, seis anos após a criação do Instituto? Uma resposta plausível é, mais uma vez, a delimitação das fronteiras entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

O processo que havia iniciado em 1895 com a decisão de Hercílio Luz recorrer ao Poder Judiciário e que estava à encargo do advogado Manoel da Silva Mafra ainda não havia chegado a uma conclusão, o que levou o advogado a propor uma ação ordinária contra o estado vizinho em 1900. O objetivo era fazer com que o Paraná reconhecesse os limites estipulado pelos catarinenses.¹⁰⁴

A mensagem enviada ao congresso representativo em 1902 pelo então governador Felipe Schmidt nos permite afirmar a aproximação desta demanda com o aparecimento da revista. O governador reclama que o estado vizinho não reconheceu a vitória jurídica dos catarinenses e insistia em usar indevidamente o território. A disputa entre os dois estados quase escalou para uma batalha entre o Regimento de Segurança do Paraná e o Corpo de Segurança de Santa Catarina¹⁰⁵.

Outro discurso presente nas páginas da revista aponta para a mesma direção:

Esse Instituto, fiel ao seu programa de estudos, acaba de entrar em franca atividade no campo das ideias, batendo-se galhardamente em prol da verificação da verdade histórica e geográfica, com relação ao território contestado pelos dois estados limítrofes.
É uma luta nobre e franca, - sem ódios, sem rancores, sem orgulho e direi sobranceiramente, convictamente, - sem ambições! Esse Instituto estuda a questão à luz meridiana, e dá conta das suas investigações pela prática das tribunas e dos livros dados à publicidade, frutos da elaboração dos seus mais competentes e estudiosos associados.¹⁰⁶

Ou seja, desde a sua gestação até o seu aparecimento, as demandas do IHGSC estiveram de alguma forma subordinadas ao poder público. A fala do sócio

¹⁰³ RIHGSC, v1, n1, 1902, p. 8.

¹⁰⁴ MEIRINHO, op cit, 1997, p.141.

¹⁰⁵ Mensagem enviada ao Congresso Representativo de SC, F. SCHMIDT 1902 p.10

¹⁰⁶ RIHGSC, v1, n1, 1902, p.20.

Sergio Nolasco de Oliveira Paes, publicada no segundo volume da revista de 1902, expõe, em meio a sua retórica, um interesse em tornar conhecida a terra catarinense com um propósito prático de conhecer para explorar as riquezas da terra:

É, na verdade, dilatado o campo de vossa ação, e assaz escabroso o penedo onde repousa o objetivo de vossa magnânima empresa; porém, são tão pujantes os elementos que dispondes, e tão fagueira a esperança que vos acalenta a alma, que não é prudente mal augurar do feliz êxito, que indubitavelmente coroará os vossos esforços em prol a auspiciosa e progressiva evolução do nosso estremecido torrão natal.

Com tão louvável intuito, e observando os ditames de nosso pacto fundamental, deveis convergir todas as vossas vistas para o emprego de incansável e eficaz propaganda, em desvendar aos olhos do estrangeiro laborioso e do brasileiro irmão e amigo, o esplendor do nosso céu, o matriz aveludada de nossos vales, a opulência de nossa flora, a exuberância de nossa fauna, a uberdade tão decantada de nosso solo, da dilatação de nossos mares, da vastidão de nossos bosques e do brilho rutilante e inigualável de nossas estrelas; afim de que assim, atraídos por tanta beleza e deslumbrados ante a majestosa tela, que lhes ide bosquejar, venham oferecer-nos a sua valiosíssima cooperação na exploração dos minérios abundantes e prodigiosos, que alastram as entranhas de nossas florestas e esperam por um braço hercúleo, que os vá arrancar desse limbo do olvido para, irradiando à luz solar, serem confiados ao industrioso labor nacional e estrangeiro, que utilizar-se-á de seu produto para fomentar a obra grandiosa de nosso desenvolvimento material, intelectual e moral.¹⁰⁷

Esse conhecimento também seria útil pois muitos intelectuais defendiam uma política científica, ou seja, uma política guiada pelo aporte das novas ciências sociais, representando a aliança entre a técnica e os assuntos de governo.

Com inúmeros membros ligados ao governo, não é difícil imaginar esta ligação entre o poder público e o Instituto. E por justamente possuir uma presença significativa de agentes públicos é possível conceber esta faceta do Instituto.

É em função do lugar social que métodos são instaurados – delineando uma “topografia de interesses” – e que documentos e questões são organizados¹⁰⁸. No entanto, o IHGSC ainda se apresentava como uma instituição privada, por mais que fosse composta em boa parte por funcionários públicos. O estatuto do IHGSC deixa isso claro ao expor as fontes de renda do instituto, que seriam: a venda de revistas,

¹⁰⁷ RIHGSC, v1, n2 1902 p.38.

¹⁰⁸ CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1982, p.56.

doações, anuidades dos sócios e eventuais formas de arrecadar renda que possam surgir.¹⁰⁹

No que tange ao desenvolvimento moral e intelectual, também podemos traçar uma relação entre o IHGSC e o poder público. De acordo com Élio Serpa, é possível afirmar que durante os primeiros anos, o IHGSC esteve comprometido com a construção de uma identidade catarinense, necessária para dar unidade ao território.¹¹⁰

Era do interesse governamental criar seus mitos e seus heróis, assim como educar seus habitantes a reconhecê-los a fim de instaurar os modelos que seriam utilizados neste propósito.

A presença do passado no cenário urbano – e vale notar que o período republicano coincidiu com a modernização de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, etc – foi apenas um dos meios serviram à divulgação da história do Brasil entre um público mais amplo, iniciada nos anos 1890 e desenvolvida nas épocas seguintes.

Alguns homens de letra dedicaram-se particularmente à obra patriótica e republicana que consistia em ensinar os brasileiros a conhecer e amar o seu país.¹¹¹

Santa Catarina e, mais precisamente, Florianópolis, também passava por um período de modernização. Segundo Hermetes Reis Araújo, o período republicano coincide com muitas reformas urbanas realizadas na cidade de Florianópolis.¹¹²

Havia então, um interesse por conhecer o passado catarinense para delinear o futuro dos homens e do estado. Como expõe Jali Meirinho:

A preocupação era com o progresso das coisas catarinenses ou a ele afetas. A ideia estava em justificar o presente através do caminho percorrido no passado; num passado histórico coeso e único, formador de uma mentalidade diferente e progressista, com destino previamente traçado de linhas inflexivelmente retas, em direção ao horizonte de pleno estar social e de estruturas política e economicamente estáveis.¹¹³

¹⁰⁹ GRISARD, op cit, p.135

¹¹⁰ SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 14, n. 20, p.63-79, 1996, p.66.

¹¹¹ ENDERS, op cit, p.283.

¹¹² ARAUJO, op cit, 1989.

¹¹³ MEIRINHO, op cit, 1997 p.82

Por isso delimitar o território catarinense era tão urgente. A partir da demarcação era possível definir quem era ou não catarinense. O IHGSC exerce papel fundamental neste sentido pois “a historiografia utilizaria os mapas e as narrativas geográficas para estabelecer uma historicidade cartográfica do Estado e assim possibilitar a projeção do presente no passado, inscrevendo e descrevendo o antigo com a semântica do moderno.”¹¹⁴

A definição do panteão de exemplos – clara permanência do *topos* da *Historia Magistra Vitae* –, dependeria também das definições geográficas. Marcar os limites do estado catarinense delimitaria as extensões e os campos de ação da sua história. “Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”.¹¹⁵

Os limites da história, neste caso, estariam sujeitos aos limites físicos do estado de Santa Catarina. Se um dos objetivos era justamente o de incitar o amor pela terra catarinense através de exemplos, era necessário que estes exemplos surgissem do estado catarinense, caso contrário, sua individualidade seria sufocada.

Como exposto anteriormente, esta questão também era onerosa aos cofres públicos, pois não permitia um aproveitamento da região. Ou seja, era uma questão de dimensões práticas e ideológicas.

A formação, principalmente, de José Boiteux e Hercílio Luz, fortemente influenciadas por grandes nomes do positivismo no Brasil como Benjamin Constant e Esteves Júnior, possivelmente teve peso na definição e criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Na visão de ambos, era possível subordinar as ciências humanas às leis das ciências exatas, bastando conhecer todos os dados para uma tomada racional de decisão. O IHGSC seria, então, o fornecedor destas informações.

Após as edições de 1902, a Revista do Instituto entrou em um grande hiato de 11 anos, voltando a publicar somente em 1913. O tipo de conteúdo veiculado pela revista permaneceu o mesmo durante sua primeira fase: Notas bibliográficas, indicação de acervos para os estudiosos, biografias, necrológios e artigos sobre a territorialidade catarinense, demonstrando ainda uma preocupação com a construção de Santa Catarina.

¹¹⁴ PEIXOTO, Renato Amado. *A história e a cartografia do espaço nacional*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 15, n. 8, p. 1281-1302, Ago-Ago/2005. p.1.

¹¹⁵ CERTEAU, op cit, p.80.

A questão limítrofe entre os dois estados também só seria resolvida anos mais tarde, em 1916, após muitos entraves e conflitos. Não é possível medir quantitativamente a influência que o IHGSC exerceu nesta questão, mas, diante do que fora exposto aqui, é possível afirmar pelo menos o seu vínculo com o governo do Estado em função das demandas governamentais, já que após a resolução do conflito, a revista iria entrar em outro longo hiato e voltaria suas atenções à outras questões, embora ainda ligadas à identidade catarinense.¹¹⁶

¹¹⁶ SERPA, op cit, p.63-79.

Considerações finais

Esta breve monografia teve como pretensão entender um pouco das dinâmicas que estavam envolvidas na criação e na atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina durante seus primeiros anos e sua relação com o governo do Estado.

Observando o que foi até aqui exposto, creio que objetivo foi alcançado. A sua relação com o estado embora pareça óbvia – a presença de membros do estado e funcionários públicos dentro do IHGSC – possui suas muitas nuances. Muitos membros o consideravam uma Instituição a mais para guiar a população rumo ao progresso republicano. José Boiteux – que mais tarde criaria a Academia Catarinense de Letras e seria considerado o patrono da educação superior em Florianópolis – figura entre eles. As demandas econômicas e sociais eram importantes em um momento de pós ruptura e precisavam ser alinhadas. No IHGSC, seus membros vislumbraram essa possibilidade.

Durante minha pesquisa, acabei me deparando com outras fontes primárias e referências bibliográficas e pude observar que as relações entre as entidades se estendiam além do meu recorte temporal e local. Tendo noção disto, posso afirmar que muitas novas contribuições ainda podem ser feitas sobre o tema. A criação do IHGPR em 1900, uma análise das documentações legais produzida pelos advogados representantes de cada estado e até repercussão sobre a Guerra do Contestado nos dois Institutos, são algumas das possibilidades que podem ser exploradas.

Espero que este trabalho possa contribuir com os novos visitantes interessados pelo tema e que possa despertar um interesse ainda maior nos veteranos.

Fontes

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 1902, Florianópolis.

Atas do IHGSC

Estatutos do IHGSC

Jornal REPUBLICA. Florianópolis, 1894-1896.

Mensagem enviada ao Congresso Representativo de Santa Catarina pelo Governador do Estado. 1895-1903.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina:** a indústria ervateira — o estudo da Companhia Industrial. Dissertação (Mestrado) — CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1979. 239p.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo:** Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Tese de doutorado apresentada à PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral:** Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Puc Sp, São Paulo, 1989.

BAHIA, Eliana Maria. **Perfil de José Boiteux:** Um construtor da cultura catarinense. 1994. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** 2. ed. Florianópolis: LE, 1970,

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1982.

CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história.** Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos, Maringá, vol. 8, 2004.

CORRÊA, Carlos Humberto P.. **História da Cultura Catarinense:** O Estado e as ideias. Florianópolis: Ufsc, 1997

GONÇALVES, Janice. **Sombrios Umbrais a Transpor:** Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 444 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** 3. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC 2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas pp. 977-1007, 2003.

GRISARD, Iza Vieira da Rosa. **Memória do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina 1896-2014.** Florianópolis: IHGSC, 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos:** O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro: pp. 5 – 24, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Puc Rio: Contraponto, 2014.

MEIRINHO, Jali. **Repúblicas e Oligarquias**: Subsídios para a história catarinense 1889-1930. Florianópolis: Insular, 1997.

MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc, 1982.

PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz**: governador inconfundível. Florianópolis: loesc, 1976.

PEIXOTO, Renato Amado. **A história e a cartografia do espaço nacional**. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 15, n. 8, p. 1281-1302, Ago-Ago/2005.

REIS, José Carlos. **O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica**. Revista de Teoria da História, Goiás, p.4-26, dez. 2011, p.21

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Memórias regionais no IHGB**: Os centenários das revoluções pernambucana e farroupilha – 1917 e 1935. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n.10, Jan./Jun.2014

SERPA, Élio Cantalício. **A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 14, n. 20, p.63-79, 1996.

SILVA, Márcio S. **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2007.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do Tempo**: Discurso Etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate**. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.52-61, 2009.